	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO-SANTENSE, pessoa jurídica de direito privado de utilidade pública, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.127.926/0003-23, com endereço na Rua Desembargador Jose Vicente, nº 110, Forte São João, Vitória/ES, CEP 29.017-090, que atua como gestora do Hospital Estadual de Urgência e Emergência, torna público a realização do processo de contratação de empresa para locação de 05 (cinco) máquinas de osmose reversas portáteis e 01 (um) máquina de hemodiálise, do tipo Menor Preço.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- I. Data da Publicação: **22/11/2023**
- II. Data de início do acolhimento das propostas: **às 10:00h do dia 22/11/2023.** (Horário de Brasília)
- III. Data limite para o recebimento das propostas: **às 09:00h do dia 02/12/2023.** (Horário de Brasília)
- IV. Abertura das propostas: **às 09:01h do dia 02/12/2023.** (Horário de Brasília)
- V. Início da seção de disputa: **às 12:00h do dia 04/12/2023.** (Horário de Brasília)
- VI. Endereço eletrônico para envio das propostas: **www.publinexo.com.br/privado/**
- VII. O resultado da contratação será divulgado através do site **https://www.evangelicovv.com.br/institucional/2478-briefings-heue.**
- VIII. **O envio da proposta para a prestação de serviços neste Termo de Referência importará no aceite total dos termos apresentados neste Termo de Referência e Minuta de Contrato em anexo.**

2. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa para locação de 05 (cinco) máquinas de osmose reversas portáteis e 01 (um) máquina de hemodiálise para, para o Hospital Estadual de Urgência e Emergência.

2.1 ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 A LOCADORA deverá fornecer 01 (um) máquina de proporção em hemodiálise, atendendo os requisitos mínimos abaixo:

Estrutura do equipamento não corrosível, móvel e dotado de quatro rodízios com sistema de freios, bivolt automático 127/220V 60Hz. Módulo de controle, operando com base em microprocessadores e software de operação na língua portuguesa (Brasil). Monitor LCD ou tela principal de operação e monitoração, com visualização de todos os comandos na língua portuguesa (Brasil), para leitura de no mínimo os seguintes parâmetros: Diálise, Pressão do dialisado, Pressão transmembrana, Pressão arterial, Pressão venosa, Condutividade da solução de diálise, Fluxo do sangue, Fluxo do dialisado, Taxa de infusão de heparina, Taxa de ultrafiltração, Tempo efetivo de tratamento, Tempo decorrido ou faltante, Temperatura do dialisado, Volume de sangue processado. Dotado de sistema de alarmes sonoros e visuais com identificação dos alarmes no mínimo para os seguintes parâmetros: Vazamento de sangue, Detecção de ar/espuma, Condutividade, Temperatura do dialisado, Bolhas, Pressão transmembrana, Pressão venosa e Pressão arterial do circuito extracorpóreo, Falta de água, Falta de energia, Desinfecção insuficiente, Detector de nível de sódio com interrupção automática da diálise em situação de risco



**TERMO DE REFERÊNCIA OU
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº
035/2023**

Código: HEUE.CONT.FR.

Data da
Elaboração:
28/10/2020

Revisão:
002
24/08/2023


ao paciente. Deve permitir o tratamento hemodialítico convencional, adequada para operação com dialisadores (capilares) de qualquer tipo e fabricante, tanto de baixo como de alto fluxo. Deve permitir hemodiálise com punção dupla ou única com uma única bomba. Permita operar em modos de Ultrafiltração com controle de perda de peso do paciente, preparo diálise, fim de diálise e desinfecção química. Detector de bolhas por ultrassom com sistema automático de interrupção do processo. Detector da presença de sangue no líquido ultrafiltrado por sensor óptico. Monitoração da pressão arterial, venosa e do dialisado no circuito extracorpóreo. Proteção contra operação de diálise quando em modo de desinfecção e vice-versa. Ajuste do fluxo de dialisado, no mínimo, entre 300 a 700 ml/min. Condutividade ajustável (sódio variável). Controle de temperatura do dialisado. Dispositivo que permita coleta de amostra de dialisado. Bomba de sangue integrada ao equipamento com fluxo de no mínimo 50 a 600 ml/min e permitir uso de linha arterial com segmento de bomba de várias medidas entre 6 e 8 mm. Sistema de informação do fluxo efetivo de sangue durante a diálise. Anticoagulante: bomba de seringa de várias medidas (ml) de Heparina com bolus automático; programação para infusão contínua, tempo de parada programável, fluxo ajustável de 0,1 a 10 ml/h. "Clamp" na linha venosa. Suporte para colocação de dialisado e ampolas. Válvula para drenagem do líquido do reservatório. Sensores de pressão e temperatura. Controle volumétrico de ultrafiltração. Deverá permitir a ultrafiltração sem consumo de solução e realizar ultrafiltração isolada. Ajuste da taxa de ultrafiltração entre 0,1 a 5,0 L/H. Pré-programarão de no mínimo seis perfis de sódio, bicarbonato e ultrafiltração. Monitoração da condutividade da solução de diálise. Término automático ao atingir o volume programado. Variações de operação de proporção de acetato e bicarbonato. Deve possuir filtros de proteção na entrada do circuito e no percurso hidráulico. Controle automático da proporção do líquido de diálise. Controle e monitoração automática da pressão transmembrana (PTM). Sistema ou dispositivo de bloqueio que impeça o uso de solução não específicas para o modo de diálise programado. Sistema automático de redução da taxa de ultrafiltração em caso de parada da bomba de sangue. Dispositivo que permita a redução manual da taxa de ultrafiltração em caso de emergência. Sistema de controle das pressões venosa e do dialisado. Possuir desinfecção química, automatizada, programável com diferentes agentes desinfetantes (por exemplo: Hipoclorito de sódio e ácido peracético) em quaisquer concentrações e com diferentes agentes desincrustantes do sistema hidráulico (por exemplo: ácido acético e ácido peracético) em quaisquer concentrações. Armazena no mínimo as 200 últimas mensagens de alarme e falhas. Possuir Bateria recarregável com autonomia de no mínimo 30 minutos. Manuais de operação e manutenção em português (Brasil). Equipamento com no máximo 2 anos de uso. Com registro na ANVISA.

2.1.2 A LOCADORA deverá fornecer 05 (cinco) SISTEMA, de osmose reversa, portátil, para hemodiálise, compacto;

Desenvolvido em gabinete com rodízios, fechado, em aço inox, com revestimento para baixo nível de ruído. O equipamento deve ser utilizado em ambiente hospitalar e de UTI, com as seguintes características técnicas mínimas: - Deve ser capaz de atender no mínimo 01 (uma) máquina, e a qualidade da água fornecida pelo equipamento deverá estar de acordo com os padrões estabelecidos pela RDC nº 11/2014 da ANVISA na definição da qualidade da água para hemodiálise; produção de água com vazão mínima de 90 litros/hora. Membrana de osmose reversa tipo 4021 com rejeição salina >99%; bomba de alta pressão; sistema de partida (com quadro elétrico completo incluído, se for o caso do equipamento) para segurança do motor; sistema de pré-filtragem incluindo pelo menos: filtro de carvão ativado e 2 filtros de polipropileno. Sistema de instrumentação que inclua, pelo menos: Dois manômetros, e um sensor de condutividade digital. O equipamento deve possuir sistema integrado de desinfecção ou kit para desinfecção química das membranas. ACESSÓRIOS Devem ser entregues com o produto todos os cabos, conectores, adaptadores e demais itens necessários ao perfeito funcionamento do conjunto ofertado; devem ser entregue os manuais de operação, em português, treinamento e capacitação de uso e máquinas com no máximo 2 anos de uso. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA Tensão de alimentação do equipamento: Bivolt automático 127V/220V.

3. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato será por 60 (sessenta) meses, a contar da data de assinatura do instrumento contratual.

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço Global

4.1 TETO ORÇAMENTÁRIO

O valor do Teto Orçamentário será conforme especificação abaixo:

Especificação	Unidade/Máquina	Quantidade	Valor Total
MÁQUINA DE OSMOSE REVERSA PORTÁTIL	R\$ 3.271,61	5	R\$ 16.358,05
MÁQUINA DE PROPORÇÃO EM HEMODIÁLISE	R\$ 5.552,56	1	R\$ 5.552,56
Valor Total Global			R\$ 21.910,61

5. DA PARTICIPAÇÃO

As empresas que desejarem participar do Termo de Referência deverão, obrigatoriamente, cadastrar-se gratuitamente na plataforma eletrônica denominada PUBLInexo, através do link a seguir: www.publinexo.com.br/privado/.

5.1 Do Credenciamento na Plataforma

5.1.1 O registro no site, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da proponente e a senha de acesso, deverá ser obtido antes do prazo limite do recebimento das propostas. O cadastro e o acesso à plataforma são gratuitos.


5.1.2 Para participação do Termo de Referência na plataforma PUBLInexo, a proponente deverá utilizar a chave de acesso e senha fornecida através de cadastro no site: www.publinexo.com.br/privado/.

5.1.3 A proponente responderá integralmente por todos os atos praticados no Termo de Referência, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

5.2 Da Proposta

5.2.1 A Proposta de preço deverá ser apresentada por meio eletrônico no endereço www.publinexo.com.br/privado/, em idioma nacional, com a identificação da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, e na qual constará obrigatoriamente:

- I.Nome;
- II.Razão ou Denominação Social;
- III.Endereço completo do proponente;
- IV.Identificação do signatário da proposta, sua função e cargo na empresa no campo Observações no ato do registro das propostas;
- V.CNPJ e Inscrição Estadual da empresa;

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

5.2.2 Junto com a proposta de preço, o interessado deverá apresentar os documentos alusivos à sua habilitação, nos termos do item 8 deste Termo de Referência, sob pena de eliminação do certame.

5.2.3 Caso haja discrepâncias entre o descritivo na plataforma e no Termo de Referência, prevalecerá sempre o descritivo do Termo de Referência;

5.2.4 Deverá constar Preços UNITÁRIOS, de forma clara e indubitosa, expresso em moeda nacional, apurada na data de apresentação da proposta, sem inclusão de encargo financeiro ou previsão inflacionária;

- I. Nesses preços deverão ser computadas todas as despesas, impostos e outros que envolvam o Fornecimento objeto deste Termo de Referência;
- II. Todos os preços da Proposta deverão ser apresentados na moeda corrente nacional (Real), utilizando-se até quatro casas decimais para os centavos, precedidos da vírgula que segue a unidade, desprezando-se as frações remanescentes.

5.3 Do Procedimento

5.3.1 O Ato Convocatório será processado e julgado com observância dos seguintes procedimentos:

I. No dia e horário indicado neste ato Convocatório será aberta a sessão do Termo de Referência, com a abertura automática das propostas e sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória;

II. A análise das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Ato Convocatório; e
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais proponentes.


III. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

IV. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances.

V. Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as proponentes detentoras de propostas classificadas.

VI. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio eletrônico e em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de acordo com o critério do responsável pelo presente processo (Decréscimo), aplicável inclusive em relação ao primeiro colocado.

VII. A etapa de lances será considerada encerrada após o prazo determinado pelo responsável pelo presente processo e após a execução do tempo randômico. O Responsável não terá controle sobre o tempo randômico, ou seja, o sistema se encerrará automaticamente e aleatoriamente sem a intervenção humana.

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

VIII. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo departamento de compras da instituição.

5.4 Da Desconexão do Sistema Eletrônico

5.4.1 À proponente caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão, respondendo pelo ônus decorrente de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

5.4.2 No caso de desconexão do responsável pelo presente processo, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos proponentes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5.3 Quando a desconexão do responsável pelo presente processo persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6. CRITÉRIO ELIMINATÓRIO

I. Envio da proposta fora do prazo estabelecido nas disposições preliminares do presente termo ou em desacordo com o objeto da contratação.

II. Ausência do envio de qualquer dos documentos obrigatórios descritos no item 8.

7. CRITÉRIO DE DESEMPATE

O critério de desempate será a empresa que apresentar maior número de parque tecnológico disponível.

8. DA HABILITAÇÃO OBRIGATÓRIA

Para habilitação, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

8.1. Habilitação Jurídica:


I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;

II. Registro comercial, no caso de empresa individual;

III. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais ou cooperativas e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva, sendo que deles deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto deste Termo de Referência;

IV. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de eleição da diretoria em exercício;

V. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

8.2. Qualificação Técnica:

- I. Alvará de funcionamento e demais alvarás obrigatórios em relação ao ramo de atividade desenvolvida. (Exemplos: Alvará de vigilância sanitária e corpo de bombeiro);
- II. Certificado de responsabilidade e regularidade técnica.
- III. CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, compatível com o objeto da contratação para qual será contratada.
- IV. Atestado de capacidade técnica atual na área de prestação dos serviços, conforme anexo I;

8.3. Regularidade fiscal e trabalhista

- I. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, ou outra equivalente, na forma da lei;
- II. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuitamente e eletronicamente junto à justiça trabalhista (TST);
- III. Prova de regularidade perante a Seguridade Social, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
III.I CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- IV. É requisito para habilitação da empresa capital social compatível com o número de empregados, observando-se parâmetros estabelecidos no Art. 4º-B da Lei 13.429, de 31 de março de 2017;

8.4 Os documentos devem ser enviados juntamente com a proposta, sob pena de eliminação.

8.5 A qualificação exigida deverá ser mantida vigente durante toda vigência do contrato a ser firmado com a empresa ganhadora.


8.6 Se a empresa estiver desobrigada da apresentação de quaisquer documentos solicitados deverá comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor.

8.7 Caso necessário, o responsável pelo presente processo, poderá solicitar visita técnica à empresa que apresentar melhor proposta e documentação obrigatória de acordo com o Termo de Referência, cabendo ao setor de qualidade do hospital realizar a visita técnica no prazo máximo de 5 dias úteis posterior a data da solicitação de visita requerida, apresentando o resultado da avaliação em até 2 dias úteis após a visita técnica.

9. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

9.1 Será permitido esclarecimento de dúvidas até o terceiro dia útil após a publicação do Termo de Referência, somente através do e-mail: compras.tr@heue.aebes.org.br. Na solicitação de esclarecimentos, a empresa deverá apresentar sua razão social, número de CNPJ, identificar o nº do Termo de Referência e objeto da contratação, devendo o questionamento ser redigido de forma clara e objetiva.

9.2 A empresa que solicitar esclarecimentos, deverá informar os contatos para retorno, telefone e e-mails.

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

9.3 As solicitações de esclarecimentos que não atenderem os requisitos dos itens anteriores, não serão respondidos.

9.4 Serão recebidas as impugnações enviadas até às 17h do quinto dia útil anterior à data limite para o recebimento das propostas.

9.5 Não serão conhecidas às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo estabelecido neste Termo de Referência.

9.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame. No entanto, caso o responsável pelo processo julgue pelo acolhimento de eventual impugnação contra o ato convocatório, poderá ser definida e publicada nova data para o envio de propostas.

9.7 Encerrado o processo na plataforma www.publinexo.com.br/privado/, o resultado será publicado no site <https://www.evangelicovv.com.br/institucional/2478-briefings-heue>, qualquer participante do referido Termo de Referência poderá recorrer do resultado, interpondo o recurso com as razões de pedido e seus fundamentos, até às 17h do terceiro dia útil, após a data de publicação, de forma motivada e com o registro de suas razões

9.8 A falta de interposição do recurso contendo suas razões de pedido e seus fundamentos por parte dos participantes, na forma e prazo estabelecidos nos itens anteriores, importará decadência desse direito, ficando o responsável pelo presente processo autorizado a homologar o objeto ao participante declarado vencedor.

9.9 Os recursos deverão ser endereçados ao endereço de e-mail **compras.tr@heue.aebes.org.br** e dirigidos ao responsável pelo presente processo. O e-mail deverá conter razão social, número do cartão CNPJ, identificar o nº do Termo de Referência e objeto da contratação e as alegações. Caberá ao responsável pelo presente processo receber, examinar e decidir os recursos impetrados contra suas decisões, no prazo de 06 (seis) dias úteis do recebimento do recurso.


9.10 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.11 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o responsável competente adjudicará o objeto e homologará o processo de contratação.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS


10.1 O presente Termo de Referência não importa necessariamente em contratação, podendo a AEBES revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos interessados. A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE – AEBES poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas e divulgação do resultado, bem como corrigir possíveis erros materiais no documento publicado, mediante errata.

10.2 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Termo de Referência será a Comarca de Vitória - ES.

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

10.3 Aquele que deixar de entregar ou de apresentar documentação exigida no Termo de Referência, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal e que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, ficará sujeito a reparação dos danos causados ao Hospital.

10.4 É vedada a participação no mesmo Termo de Referência de pessoas jurídicas que sejam controladoras, controladas, coligadas ou integrantes de um mesmo grupo econômico.

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

(IMPRESSÃO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

(ANEXO I)


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **[nome da empresa prestadora de serviços, em negrito]**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, estabelecida na Rua, nº....., bairro, na cidade de, Estado de, prestou serviços à **[nome da empresa contratante, em negrito]**, CNPJ nº 00.000.000/0001-00, de **[descrição dos serviços prestados, especificando o prazo de execução]**.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

[cidade], em XX de XXXX de 202X.

Assinatura do responsável legal
[Razão social da empresa]
CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx
[endereço da empresa, caso não possua papel timbrado]

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

MINUTA DE CONTRATO

(ANEXO II)

CT: 0xx/20XX

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI FAZEM ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE E (RAZÃO SOCIAL DA LOCADORA).

LOCATÁRIA: ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE – AEBES, (QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO HEUE E REPRESENTANTE LEGAL).


LOCADORA: (RAZÃO SOCIAL, QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA, RESPONSÁVEL LEGAL, QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL), ajustam o presente contrato de locação, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto deste contrato é a locação de 05 (cinco) osmoseos portáteis e 01 (um) equipamento de hemodiálise, que ficarão locados nas dependências do Hospital Estadual de Urgência e Emergência (HEUE), sob a gestão da LOCATÁRIA, por ocasião do Contrato de Gestão, conforme descrição detalhada:

- a) A LOCADORA deverá fornecer 01 (um) máquina de proporção em hemodiálise, atendendo os requisitos mínimos abaixo:


Estrutura do equipamento não corrosível, móvel e dotado de quatro rodízios com sistema de freios, bivolt automático 127/220V 60Hz. Módulo de controle, operando com base em microprocessadores e software de operação na língua portuguesa (Brasil). Monitor LCD ou tela principal de operação e monitoração, com visualização de todos os comandos na língua portuguesa (Brasil), para leitura de no mínimo os seguintes parâmetros: Diálise, Pressão do dialisado, Pressão transmembrana, Pressão arterial, Pressão venosa, Condutividade da solução de diálise, Fluxo do sangue, Fluxo do dialisado, Taxa de infusão de heparina, Taxa de ultrafiltração, Tempo efetivo de tratamento, Tempo decorrido ou faltante, Temperatura do dialisado, Volume de sangue processado. Dotado de sistema de alarmes sonoros e visuais com identificação dos alarmes no mínimo para os seguintes parâmetros: Vazamento de sangue, Detecção de ar/espuma, Condutividade, Temperatura do dialisado, Bolhas, Pressão transmembrana, Pressão venosa e Pressão arterial do circuito extracorpóreo, Falta de água, Falta

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

de energia, Desinfecção insuficiente, Detector de nível de sódio com interrupção automática da diálise em situação de risco ao paciente. Deve permitir o tratamento hemodialítico convencional, adequada para operação com dialisadores (capilares) de qualquer tipo e fabricante, tanto de baixo como de alto fluxo. Deve permitir hemodiálise com punção dupla ou única com uma única bomba. Permita operar em modos de Ultrafiltração com controle de perda de peso do paciente, preparo diálise, fim de diálise e desinfecção química. Detector de bolhas por ultrassom com sistema automático de interrupção do processo. Detector da presença de sangue no líquido ultrafiltrado por sensor óptico. Monitoração da pressão arterial, venosa e do dialisado no circuito extracorpóreo. Proteção contra operação de diálise quando em modo de desinfecção e vice-versa. Ajuste do fluxo de dialisado, no mínimo, entre 300 a 700 ml/min. Condutividade ajustável (sódio variável). Controle de temperatura do dialisado. Dispositivo que permita coleta de amostra de dialisado. Bomba de sangue integrada ao equipamento com fluxo de no mínimo 50 a 600 ml/min e permitir uso de linha arterial com segmento de bomba de várias medidas entre 6 e 8 mm. Sistema de informação do fluxo efetivo de sangue durante a diálise. Anticoagulante: bomba de seringa de várias medidas (ml) de Heparina com bolus automático; programação para infusão contínua, tempo de parada programável, fluxo ajustável de 0,1 a 10 ml/h. “Clamp” na linha venosa. Suporte para colocação de dialisado e ampolas. Válvula para drenagem do líquido do reservatório. Sensores de pressão e temperatura. Controle volumétrico de ultrafiltração. Deverá permitir a ultrafiltração sem consumo de solução e realizar ultrafiltração isolada. Ajuste da taxa de ultrafiltração entre 0,1 a 5,0 L/H. Pré-programarão de no mínimo seis perfis de sódio, bicarbonato e ultrafiltração. Monitoração da condutividade da solução de diálise. Término automático ao atingir o volume programado. Variações de operação de proporção de acetato e bicarbonato. Deve possuir filtros de proteção na entrada do circuito e no percurso hidráulico. Controle automático da proporção do líquido de diálise. Controle e monitoração automática da pressão transmembrana (PTM). Sistema ou dispositivo de bloqueio que impeça o uso de solução não específicas para o modo de diálise programado. Sistema automático de redução da taxa de ultrafiltração em caso de parada da bomba de sangue. Dispositivo que permita a redução manual da taxa de ultrafiltração em caso de emergência. Sistema de controle das pressões venosa e do dialisado. Possuir desinfecção química, automatizada, programável com diferentes agentes desinfetantes (por exemplo: Hipoclorito de sódio e ácido peracético) em quaisquer concentrações e com diferentes agentes desincrustantes do sistema hidráulico (por exemplo: ácido acético e ácido peracético) em quaisquer concentrações. Armazena no mínimo as 200 últimas mensagens de alarme e falhas. Possuir Bateria recarregável com autonomia de no mínimo 30 minutos. Manuais de operação e manutenção em português (Brasil). Equipamento com no máximo 2 anos de uso. Com registro na ANVISA.

b) A LOCADORA deverá fornecer 05 (cinco) SISTEMA, de osmose reversa, portátil, para hemodiálise, compacto;

Desenvolvido em gabinete com rodízios, fechado, em aço inox, com revestimento para baixo nível de ruído. O equipamento deve ser utilizado em ambiente hospitalar e de UTI, com as seguintes características técnicas mínimas: - Deve ser capaz de atender no mínimo 01 (uma) máquina, e a qualidade da água fornecida pelo equipamento deverá estar de acordo com os padrões estabelecidos pela RDC nº 11/2014 da ANVISA na definição da qualidade da água para hemodiálise; produção de água com vazão mínima de 90 litros/hora. Membrana de osmose reversa tipo 4021 com rejeição salina >99%; bomba de alta pressão; sistema de partida (com quadro elétrico completo incluído, se for o caso do equipamento) para segurança do motor; sistema de pré-filtragem incluindo pelo menos: filtro de carvão ativado e 2 filtros de polipropileno. Sistema de instrumentação que inclua, pelo menos: Dois manômetros, e um sensor de condutividade digital. O equipamento deve possuir sistema integrado de desinfecção ou kit para desinfecção química das membranas. ACESSÓRIOS Devem ser entregues com o produto todos os cabos, conectores, adaptadores e demais itens necessários ao perfeito funcionamento do conjunto ofertado; devem ser entregue os manuais de operação, em português, treinamento e capacitação de uso e máquinas com no máximo 2 anos de uso. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA Tensão de alimentação do equipamento: Bivolts automático 127V/220V.

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

1.2 Os serviços, objeto deste instrumento, serão realizados pela LOCADORA, tendo por executores, profissionais plena e legalmente aptos, capacitados e habilitados.

1.3 A LOCADORA declara para todos os fins de direito estar devidamente habilitada, consoante a legislação regulamentar, para a locação o qual é fora contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

2.1 A LOCADORA deverá:

- a) Prestar o serviço de desinfecção química para realização de análise de água;
- b) Prestar manutenção dos equipamentos, que se obriga a mantê-los em perfeito estado de funcionamento, sem qualquer ônus para a contratante;
- c) Substituir os equipamentos cujos defeitos não possam ser sanados no local;
- d) Atender o chamado da CONTRATANTE no prazo máximo de 24 horas uteis;
- e) Realizar, caso necessário a manutenção corretiva com visitas ilimitadas, independentemente do motivo chamado e emissão de laudos após realização de serviço;
- f) Executar calibração do equipamento, com a periodicidade orientada pelo manual do fabricante do equipamento, apresentando laudo, evidenciando o serviço executado.


2.2 A LOCADORA executará as atividades com autonomia, cabendo a LOCATÁRIA a fiscalização do cumprimento do contrato, de forma assegurar a execução do contrato.

2.3 A LOCADORA se obriga pelo sigilo das informações e nem poderá tornar-se de conhecimento de terceiros, por constituir falta grave e falta de ética dos serviços prestados por parte da LOCADORA.

2.4 Fornecer, à LOCATÁRIA, todas as informações necessárias à plena execução dos serviços contratados.

2.5 Realizar os serviços conforme preceitua o objeto deste contrato, nos locais e condições que melhor atenderem às necessidades e conveniências da LOCATÁRIA.

2.6 Requerer a exclusão da LOCATÁRIA, individual ou coletivamente, no polo passivo dos eventuais processos judiciais ou administrativos em que a LOCADORA deu causa, na ocorrência de ação contra a LOCATÁRIA, ou qualquer outro ato de natureza administrativa ou judicial, que venha a ser proposto contra a LOCATÁRIA, seja a que título for e a que tempo ocorrer. A LOCADORA concorda ainda, desde já, que a LOCATÁRIA denuncie à lide ou chame ao processo, se necessário, a LOCADORA, na forma do artigo 125 do Código de Processo Civil.

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

2.7 Responsabilizar-se por todos os riscos e despesas decorrentes da contratação de funcionários utilizados na execução do presente contrato, bem como se responsabilizando quanto ao comportamento e eficiência deles, devendo a CONTRATADA substituir em 24 (vinte e quatro) horas, o profissional que não atender às necessidades descritas neste contrato e seus respectivos aditivos e anexos e/ou que não atenda aos princípios da ética, bem como das normas vigentes da Instituição, afastando-o de forma imediata de todas as unidades geridas pela AEBES.

2.8 Não admitir e nem aliciar qualquer empregado que esteja à disposição da LOCATÁRIA ou que integre o seu quadro de pessoal.

2.9 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de qualificação, habilitação técnica, jurídica, bem como de regularidade fiscal e trabalhista, exigidas no momento da assinatura deste contrato.

2.10 Manter em condições legais as contribuições trabalhistas e previdenciárias do(s) profissional (s) recrutado(s) para executar os serviços objeto deste contrato.

2.11 Cumprir integralmente o Manual de Terceiros da LOCATÁRIA.

2.12 A LOCADORA se obriga em prestar os serviços, objeto deste contrato, observando prazo, qualidade e zelo dos serviços.

2.13 Assumir integralmente a responsabilidade por danos causados à LOCATÁRIA ou a terceiros, decorrentes de negligência, imprudência ou imperícia na execução dos serviços contratados, especialmente no tocante aos equipamentos objetos da locação aqui ajustada.


2.14 Cumprir integralmente todas as obrigações relativas à Segurança do Trabalho utilizando dos equipamentos de proteção individual (EPI'S) necessários à execução dos serviços objeto deste contrato, apresentando os documentos, conforme portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho e demais órgãos fiscalizadores.

2.15 Fornecer sempre que forem solicitados, mantendo atualizado junto a CONTRATANTE, os seguintes documentos: cópia do Contrato Social e suas alterações, certidões de regularidade e responsabilidade técnica de conselho regulador, caso tenha, e eventuais alvarás inerentes as atividades prestadas.

2.16 Em caso descumprimento das obrigações, a LOCATÁRIA se reserva no direito de emitir notificação de descumprimento contratual à LOCADORA, e, em havendo reincidência desta, caberá imposição de multa, iniciando em 1% (um por cento), e de forma progressiva, aumentará mais 1% (um por cento) até o limite de 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

3.1 Estando o objeto do presente contrato de fornecimento, diretamente vinculado e relacionado ao Contrato de Gestão e Operacionalização do Hospital Estadual de Urgência e Emergência, firmado entre a LOCATÁRIA e a SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, obriga-se a LOCATÁRIA a efetuar o pagamento do valor devido à LOCADORA, conforme cláusula de pagamento, contados do efetivo recebimento dos recursos financeiros, quer

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

oriundo do Estado ou da União. Para tanto, observada a necessidade prévia da emissão de Nota Fiscal pela LOCADORA, que não poderá em nenhuma hipótese efetuar faturamento direto de quaisquer procedimentos a outro LOCATÁRIA ou tomador eventual de serviços, incluindo o poder público, sendo esta prerrogativa exclusiva da LOCATÁRIA no âmbito do Hospital Estadual de Urgência e Emergência, neste Estado do Espírito Santo.

3.2 Fornecer e permitir acesso a todas as informações pertinentes e necessárias ao bom andamento dos serviços a serem desenvolvidos pela LOCADORA, assim como quaisquer outras informações que tão somente digam respeito às atividades da LOCADORA.

3.3 Fiscalizar o presente contrato, cabendo verificar se as obrigações assumidas contratualmente estão sendo cumpridas.

3.4 Efetuar os pagamentos devidos à LOCADORA decorrente da prestação de serviços, de acordo com o disposto na cláusula de pagamento deste instrumento.

3.5 Notificar a LOCADORA em caso de descumprimento das suas obrigações contratuais.

3.6 Informar imediatamente à COMODANTE qualquer defeito no equipamento.

3.7 A LOCATÁRIA deverá utilizar os equipamentos corretamente e não sublocar, ceder ou transferir a locação, total ou parcialmente.

3.8 Responsabilizar-se por acidente, roubo ou qualquer dano ou má utilização do equipamento de acordo com laudo técnico aprovado por ambas as partes.

3.9 Zelar, proteger e manusear os equipamentos objeto deste contrato, de acordo com as instruções recebidas pela LOCADORA.


3.10 É de responsabilidade da LOCATÁRIA despesa com manutenção e ou reposição dos equipamentos, objeto deste contrato, proveniente de:

- a) Uso inadequado;
- b) Roubo ou extravio;
- c) Inversão de polaridade ou rede elétrica não indicada;
- d) Retirada, reparos e consertos por técnico não credenciado pela LOCADORA.

3.10 Em caso de perda, roubo, extravio ou destruição total do equipamento que impliquem na impossibilidade de devolução, a LOCATÁRIA ficará obrigada a pagar à LOCADORA o valor de mercado do equipamento na época da aquisição, considerando o desgaste natural dos equipamentos.

3.11 Devolver o equipamento nas mesmas condições em que o recebeu, salvo os desgastes naturais de uso, quando do término deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

4.1 Pela locação, objeto deste contrato, a LOCATÁRIA pagará à LOCADORA (descrever o valor), referente a locação dos equipamentos descritos na cláusula 1.1.

4.2 Por ocasião dos pagamentos serão efetuados os descontos legais por tributos que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento objeto do contrato.

4.3 É expressamente vedado a qualquer das partes desconto ou cobrança de duplicata através de rede bancária ou de terceiros, bem como a cessão de crédito dos valores objetos deste contrato ou sua dação em garantia.

4.4 O pagamento será efetuado mensalmente, no décimo dia do mês seguinte a prestação de serviço, mediante a emissão da Nota Fiscal com a comprovação do serviço.

4.5 Os reajustes contratuais serão negociados entre as partes e eventuais concessões condicionado e limitado ao prévio reajuste autorizado pela Secretaria de Saúde do Espírito Santo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL

5.1 O prazo de vigência do presente contrato será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de assinatura deste instrumento, conforme Contrato de Gestão, firmado entre a Contratante e Secretaria Estadual de Saúde do Estado Do Espírito Santo - SESA, ressalvando os casos de rescisão previstos na cláusula sexta.

5.2 Qualquer alteração contratual deverá ser feita mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL


6.1 O presente contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, mediante celebração de “Distrato” ou unilateralmente, de forma imotivada, pela LOCATÁRIA, concedendo-se, à LOCADORA, aviso prévio de 30 (trinta) dias sendo que, nesta hipótese, não será devido qualquer tipo de multa, à parte que solicitar a rescisão.

6.2 Havendo rescisão do contrato pela LOCATÁRIA, e havendo cumprimento de aviso prévio, a LOCADORA deverá deixar de efetuar a prestação de serviço no último dia de vigência do aviso prévio, sob pena de multa diária equivalente a 10% do valor do contrato.

6.3 A LOCADORA poderá rescindir o contrato unilateralmente, de forma imotivada, concedendo-se à LOCATÁRIA, aviso prévio de 60 (sessenta) dias, de modo a evitar a desassistência e, conseqüentemente, assegurar o interesse público, sob pena de multa diária equivalente a 10% do valor do contrato.

6.4 O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido unilateralmente, por qualquer uma das partes, sem concessão de aviso prévio na ocorrência de uma das seguintes situações:

- a) Justo Motivo, decorrente de condutas que levem a quebra de confiança;
- b) Falência, recuperação judicial, e insolvência de qualquer uma das partes.
- c) Descumprimento de qualquer cláusula ou condição estabelecida neste contrato;

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

d) Negligência, imprudência, imperícia, incapacidade, dolo ou má-fé por parte da LOCADORA ou dos profissionais no desempenho dos serviços contratados.

6.5 Este contrato será imediatamente rescindido no caso de encerramento do Contrato de Gestão do Hospital Estadual de Urgência e Emergência, hipótese em que a AEBES não poderá ser responsabilizada ao pagamento de indenizações ou multas de qualquer natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LEI ANTICORRUPÇÃO

7.1 A LOCADORA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores. Ainda, se obrigada a LOCADORA, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (i) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente e (ii) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA OITAVA – DO CÓDIGO DE CONDUTA

8.1 A LOCADORA se obriga a adotar conduta justa e ética, respeitando as diretrizes estabelecidas no Código de Conduta da LOCATÁRIA, disponível no endereço eletrônico <https://www.evangelicovv.com.br/aebes/codigo-conduta>, o qual desde já declara conhecer e estar vinculada.


8.2 A LOCADORA se compromete, ainda, a treinar seus Colaboradores alocados na execução das atividades deste Contrato, a fim de instruí-los sobre o cumprimento obrigatório das diretrizes contidas no Código de Conduta da LOCATÁRIA para a execução do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA RELAÇÃO CONTROLADOR E OPERADOR

9.1 Para fins deste contrato, são considerados:

I. “DADOS PESSOAIS”: qualquer informação relativa a uma pessoa natural (TITULAR DE DADOS) que é capaz de identificá-la de forma direta ou indireta, como por exemplo um nome, número de CPF e RG, endereço residencial, dados de localização, ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, econômica, cultural ou social de uma pessoa.

II. “DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS”: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

III. "TRATAMENTO": qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

IV. "CONTROLADOR": parte que determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

V. "OPERADOR": parte que trata dados pessoais de acordo com as instruções do CONTROLADOR.

VI. "AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS": Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.

9.2 DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES

Esta cláusula aplica-se ao tratamento de dados pessoais, dentro do âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, pelo OPERADOR em nome do CONTROLADOR.

Para os propósitos deste contrato, as partes supra qualificadas, concordam que a AEBES é o CONTROLADOR dos dados pessoais e a CONTRATADA é o OPERADOR de tais dados, dentro da relação negocial entre as partes.

As PARTES declaram ter conhecimento da Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD") e das demais legislações vigentes sobre Proteção de dados pessoais, e se comprometem a cumprir com todas as obrigações legais e contratuais relacionadas às Operações de Tratamento de Dados Pessoais e à proteção, sigilo e privacidade de Dados Pessoais, adotando as medidas técnicas e administrativas cabíveis visando sua conformidade com a privacidade, exigindo de seus colaboradores; prestadores de serviços e fornecedores o mesmo nível aceitável de segurança da informação e confidencialidade, com base nas melhores práticas de mercado.

9.3 OBRIGAÇÕES DO CONTROLADOR


O CONTROLADOR deve:

Implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar e demonstrar que o tratamento é realizado de acordo com a LGPD. Essas medidas devem ser revistas e atualizadas sempre que necessário.

Implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para garantir que, somente os dados pessoais necessários para cada propósito específico sejam tratados. Essa obrigação se aplica à quantidade de dados pessoais coletados, à extensão do tratamento, ao período de armazenamento e à acessibilidade, sempre observando os princípios e fundamentos da LGPD.

Orientar ao OPERADOR, quanto às medidas e limites para o tratamento de dados pessoais, a fim de garantir que o tratamento seja realizado dentro dos padrões técnicos e legais, garantindo a proteção dos dados pessoais tratados pelas partes.

9.4 OBRIGAÇÕES DO OPERADOR

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

O OPERADOR deve:

Tratar os dados pessoais somente de acordo com as instruções documentadas do CONTROLADOR.

Tratar apenas os dados pessoais e dados pessoais sensíveis estritamente necessárias para atendimento da finalidade/objeto expressamente previsto neste contrato e em observância das regras específicas previstas na Lei nº 13.709/2018 (“LGPD”).

É vedado ao OPERADOR a realização de imagens dos pacientes sem seu respectivo consentimento, sob pena de rescisão do presente instrumento contratual, bem como ressarcimento de todo e qualquer eventual prejuízo sofrido pelo CONTROLADOR, incluindo multas, condenações judiciais, honorários advocatícios e demais penalidades pecuniárias previstas pela legislação vigente.

Manter o sigilo absoluto de todas as informações e dados pessoais a que tenham acesso e garantir que as pessoas autorizadas para o tratamento dos dados pessoais estejam comprometidas com a confidencialidade, em razão da função ou estão sob obrigação contratual.

Adotar todas as ações necessárias para implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco aos direitos e liberdades das pessoas.

Respeitar as condições de contratação de terceiros, sendo que o OPERADOR não pode contratar outro OPERADOR (Sub Operador) para processamento de dados sem a prévia autorização do CONTROLADOR.

Em caso de requisição de titulares, fica à cargo do CONTROLADOR responder ao titular de dados pessoais, devendo o OPERADOR (i) se abster de responder diretamente ao titular; (ii) notificar ao CONTROLADOR, imediatamente, caso requisitada; e (iii) cooperar e fornecer todas as informações necessárias para a efetivação dos direitos do titular.

Auxiliar o CONTROLADOR a garantir o cumprimento das obrigações relacionadas à segurança do tratamento, Violações de dados pessoais, avaliações de impacto de proteção de dados e plano de resposta à incidentes;


Informar o CONTROLADOR imediatamente, a ocorrência de incidente de segurança relativo ao tratamento de dados pessoais que possa acarretar risco ou dano relevante a esses titulares;

Indenizar o CONTROLADOR por quaisquer perdas e danos devidamente apurados e comprovados (incluindo multas, custos ou despesas e desembolsos legais) incorridos pelo OPERADOR em decorrência de qualquer violação de Dados Pessoais, nos termos da LGPD, por ato ou omissão em conexão com a execução deste Contrato.

Excluir ou devolver todos os dados pessoais ao CONTROLADOR após o término da prestação dos serviços relacionados ao tratamento, e excluir as cópias existentes, a menos que a lei aplicável exija o armazenamento destes dados.

Disponibilizar ao CONTROLADOR todas as informações imprescindíveis para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas na LGPD, sempre que necessário.

9.5 VIGÊNCIA DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

	TERMO DE REFERÊNCIA OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 035/2023	Código: HEUE.CONT.FR.	
		Data da Elaboração: 28/10/2020	Revisão: 002 24/08/2023

Este Contrato continuará em vigor enquanto o OPERADOR estiver tratando dados pessoais em nome do CONTROLADOR e será regido pela LGPD e demais legislações de proteção de dados pessoais e privacidade, bem como as normas aplicáveis ao negócio das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente contrato é documento único que regula os direitos e obrigações entre as partes com relação aos serviços contratados, ficando cancelado qualquer outro acordo porventura existente.

10.2 É vedada a transferência deste contrato para terceiros sem a anuência expressa da LOCATÁRIA.

10.3 A LOCADORA obriga-se a comunicar à LOCATÁRIA, por escrito, qualquer alteração que pretenda fazer em seu quadro funcional ou societário que implique substituição de membro(s) da equipe que efetivamente realize a prestadora dos serviços objeto do contrato.

10.4 Caso a LOCATÁRIA venha a ser acionada judicialmente em razão de negligência, imprudência, imperícia, incapacidade, dolo ou má-fé, ou ainda, por descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste instrumento, por parte da LOCADORA, esta, obriga-se a responder regressivamente pelos prejuízos causados, ficando, inclusive, autorizada a denúncia da lide da LOCATÁRIA.

10.5 A tolerância quanto a eventuais infrações do presente contrato não constituirá novação ou renúncia dos direitos conferidos a ambas as partes e/ou aos seus sucessores.

10.6 A LOCADORA declara que não realizará nenhum investimento para prestação de serviço, objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

11.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Vitória, Estado do Espírito Santo, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, renunciando-se, desde já, a qualquer outro Foro.

As Partes, de comum acordo, concordam que o presente termo será assinado eletronicamente por seus representantes legais juntamente com duas testemunhas, nos termos dos artigos 219 e 220 do Código Civil, e do art. 10, parágrafos 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Neste sentido, as Partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Instrumento e seus termos, para todos os fins de direito.

Vitória (ES), data.

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE

Nome completo do representante legal
Presidente

RAZÃO SOCIAL

Nome completo do representante legal
Sócio